

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Marcus Vinícius Borges Aristides

A ESTRONDOSA SUTILEZA MULTILATERAL DA VIOLÊNCIA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva Peixoto.

Juiz de Fora

2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **MARCUS VINICIUS BORGES ARISTIDES**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673089A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A ESTRONDOSA SUTILEZA MULTILATERAL DA VIOLÊNCIA**, desenvolvido durante o período de 11 de Março de 2019 a 01 de julho de 2019 sob a orientação de Luiz Antônio da Silva Peixoto, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

MARCUS VINICIUS BORGES ARISTIDES

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A ESTRONDOSA SUTILEZA MULTILATERAL DA VIOLÊNCIA

Marcus Vinicius Borges Aristides¹

RESUMO: O presente trabalho pretende delinear modestamente o lugar de pertinência acerca da violência, em seus níveis diferenciais de aparecimento na esfera do político, nos limites de significância cultural, em sua forma articulada de interdependência objetiva e subjetiva, na qual seguem uma dinâmica relacional em que mutuamente se possibilitam. Ademais, adentra-se na ambiguidade do estatuto ético da democracia, e nas formas de dominação e restrição por elas estabelecidas, tentando destacar as modalidades mais difusas de manifestação da violência, em que se coloca enquanto peça chave escamoteada para ditar a organização das estruturas da realidade social.

INTRODUÇÃO

Ao apontar para o fator da violência elevado a um nível sistêmico, Slavoj Žižek demonstra a baliza do fluxo contínuo de funcionamento comum das regras políticas e econômicas a partir do enquadramento da violência objetiva e subjetiva, mediatizadas pelo domínio ideológico, a ideologia referenciada designa as formas pelas quais os conteúdos sociais independente de seus valores de verdade, permitem relações de dominação, quando a interação dos indivíduos esta implicada no processo de elaboração de enunciação do conteúdo, afetando o envolvimento dos indivíduos com tal conteúdo, e em última instância, limitando o acesso gnosiológico do indivíduo ao conteúdo,

“Quando, por exemplo, uma potência ocidental intervém num país do Terceiro Mundo em decorrência de violações dos direitos humanos, pode ser perfeitamente verdadeiro que, nesse país, os direitos humanos mais elementares não têm sido respeitados, e que a intervenção ocidental irá efetivamente melhorar o quadro desses direitos. Mesmo assim, essa legitimação é ideológica, na média que deixa de mencionar os verdadeiros motivos da intervenção (interesses econômicos etc.) ” (ŽIZEK, “Um mapa da ideologia”, 1996, p. 14).

A violência tratada emite desdobramentos colaterais-brutais e pregnantes no campo social. Como por exemplo, a especulação financeira, está codificada por uma dimensão probabilística abstrata, podendo ser traduzidas como o trabalho de negatização abstrato das possibilidades da mera vida e em sua materialidade bruta enquanto tal, em torno de uma rentabilidade que sempre está instável no mercado financeiro, mas que exerce determinante influencia na realidade concreta da atividade produtiva no setor industrial, no mercado trabalho, no comportamento político acerca das relações mercadológicas de exportação e importação, nas quais acarretam investimentos ou não, nas matrizes básicas de assistência pública, definindo as tensões de classes e as formas de desigualdade, em última instancia, emite efeitos implacáveis na realidade bruta do corpo social.

Para tanto, uma abordagem que possa nos fornecer entrar em contato com as multifacetadas expressões de violência não pode se esgotar numa única e mesma perspectiva, a metodologia adequada para o fazer dessa análise, seria o que podemos chamar de método paralítico, a saber, a aplicação de uma perspectiva mutável de acordo com os deslocamento do objeto abordado, abarcando sua dinâmica transicional, porém, ao mesmo tempo, preservando as particularidades que compõem o modo de apresentação que são próprios ao objeto, antes que ele passe para outro modo de apresentação. Tal método recapitula a noção kantiana de ilusão transcendental, nos mostrando a impossibilidade de se descrever e enquadrar numa unidade conceitual a partir de uma única e mesma linguagem, duas expressões que emergem de um determinado fenômeno, a distinção aqui é puramente de comportamento e não de natureza, tais expressões surgem de um mesmo estímulo ou pressão causal, mas estão alocados no espaço-tempo em lugares diferentes, e por extensão, são apreendidas de modos diferentes.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: mviniciusborges@outlook.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Peixoto

Na introdução de seu seminal livro *visão em paralaxe*, Zizek assinala tal método como “a ilusão de poder usar a mesma linguagem para fenômenos mutuamente intraduzíveis e que só podem ser compreendidos a partir de uma espécie de visão em paralaxe. de um ponto de vista sempre mutável entre dois pontos entre os quais não a síntese nem mediação possível”. (ZIZEK, 2008, p. 14)

Deve-se ressaltar a dimensão paradoxal contida na violência em questão, visando travar contato com a dimensão latente que sustenta a própria violência subjetivamente visível que nos aparece facilmente localizável, tendo por exemplo os grandes conflitos sanguinolentos que emitem um índice de terror civil entre o Estado e a população. Contudo, o ponto chave para uma análise que explore a camada latente da violência, nos exige certo distanciamento do típico modo de intervenção que se tem com esses fenômenos mais diretamente visíveis, nos direcionando ao invés disso, para as condições de possibilidade deles, recuando num primeiro momento dos atroz e explosivos acontecimentos de terror subjetivado que cativam a nossa atenção.

O autor Zizek, salienta a importância do esforço em colocar em evidência a presença subjacente da violência que nos é capital nesse primeiro momento, “precisamos ser capazes de perceber os contornos dos cenários que engendram essas explosões” (ZIZEK, 2014, p.17), deve-se tomar um recuo seguro para avaliar o que há de sistêmico nas brutalidades expressadas pela subjetividade, incluindo por sua vez a modalidade de violência camuflada já pré-existente no interior das nossas tentativas de eliminar o que há de visivelmente truculento, contudo, sem incorrer as práticas de solução dispostas pelos comunistas liberais.

Para melhor situarmos a categoria política designada pelo termo “comunistas liberais”, mediante aos pressupostos de Zizek, é necessário considerá-la em dois níveis, o primeiro enquanto um rótulo que indica o comportamento econômico paradoxal e crucial, realizado para a contínua manutenção do capitalismo, e o segundo é como tal comportamento pode ser clarificado à luz de um arco histórico, onde seus representantes mais expressivos seriam Leopoldo II, Andrew Carnegie e George Soros, sendo estes responsáveis por mascarar a exploração econômica, sua degradação humana em seus massacres e coerções, com o véu dos donativos, das caridades, e das falsas atitudes de repartição de riqueza solidária. Pode-se respectivamente examinar historicamente Leopoldo II como o responsável pelo holocausto da República Democrática do Congo, baseado em um projeto de exploração econômica dos recursos do Congo, desencadeou tragédias sanguinolentas que ainda guardam chagas que a história e o capitalismo não pode cicatrizar, ao mesmo tempo, Leopoldo II, com a riqueza e os saldos nefastos proveniente de sua exploração, investiu no desenvolvimento das esferas culturais e educacionais dos belgas, ampliando através de seu gesto paradoxalmente humanitário, as estruturas de bem estar social dos belgas. Andrew Carnegie, um barão industrial, em seu turno reprimiu de modo brutal e violentamente, um conjunto de trabalhadores de siderurgia que estavam se organizando para reivindicar melhores condições, e posteriormente Carnegie ofertou quantias substanciais de sua riqueza, forjada a exploração e a violência, doando-as para causas educacionais e artísticas. Por último, o filantropo George Soros, um dos maiores especuladores financeiros de nossos tempos, possui também esse aspecto paradoxal, isto é, ele é o seu próprio “contra agente: preocupação humanitária frente as consequências sociais catastróficas de uma economia de mercado desenfreada” (ZIZEK, 2014, p. 31).

1. A violência objetiva e seu condicionamento

Há várias tipologias de violência que escapam em um significativo grau no que diz respeito à compreensão dos comunistas liberais (estes enquanto responsáveis de muitos problemas sociais em questão), tais problemas são evitados quanto aos seus falsos sentimentos de indignação social, pois, se mostram estar empregando tentativas de resolução de problemas dito concretos, visto que eles, os próprios liberais, elaboram essas tentativas na medida que elas se auto incluem fora da cadeia de motivos causais que são as molas propulsoras das truculências subjetivas. As visíveis ocorrências brutais de tudo aquilo considerado enquanto produto subjetivo incompreensivelmente malévolo, não são tomadas como o retorno da mensagem enviada na escala invertida pelos próprios comunistas liberais, pois eles engendram muitas das condições no âmbito econômico que possibilitam os colapsos sociais, nos quais os próprios comunistas liberais pretendem heroicamente combater. Contudo nesse movimento se averigua a violência em sua carga ideológica dissimulante. Esse recuo para o autor parece ser parte integrante da própria manutenção da reprodução cíclica da violência em sua estrutura sistêmica, para

Zizek essa reprodução é imbuída pela oposição dos contrários ideologicamente organizadas no quadro dos conflitos da realidade social. A noção utilizada que sintetiza esse processo é o conceito hegeliano de “mutatis mutandis”, com tal conceito a ideologia é enfaticamente observada e definida por Zizek como aquilo que expressa o seu perfeito contrário, comportado numa identidade assimilada acriticamente pelas consciências circundantes, em termos dialéticos e ideológicos a violência se organiza nessa dimensão:

“Certos traços, atitudes e normas de vida deixaram de ser percebidas como ideologicamente marcados. Parecem ser neutras, não ideológicas e naturais questões de senso comum. Chamamos ideologia aquilo que não se inscreve nesse pano de fundo: o zelo religioso extremo ou a dedicação a uma orientação política particular. Em termos hegelianos, o importante aqui seria o fato de que é precisamente a neutralização de certos traços num pano de fundo espontaneamente admitido o que marca a nossa ideologia em seu grau mais puro e eficaz. A dialética “coincidência dos contrários” consiste no seguinte: a atualização de uma ideia ou de uma ideologia em seu grau mais puro coincide com ou, mais precisamente, manifesta-se como o seu contrário – como não ideologia. Mutatis mutandis, o mesmo vale para a violência. A violência simbólica social na sua forma mais pura manifesta-se como o seu contrário, como a espontaneidade do meio que habitamos, do ar que respiramos” (ZIZEK, 2014, p.41).

Com isso ao estabelecermos um olhar retroativo, submetendo a uma melhor depuração sobre os meios nos quais parecem tornar possíveis a violência subjetiva, nota-se que parte significativa deles são mecanismos de obliteração que deslocam de nossa perspectiva, a presença das molas propulsoras da violência, elas se tornam destacáveis quando se mostram engastadas na subjetividade, porém há nas mesmas, uma certa dificuldade de apreender seu funcionamento motriz, suas motivações internas, as condições de possibilidade da violência subjetiva não são captadas, não só por serem ocultadas por uma dimensão ideologicamente impeditiva, mas justamente por ocuparem uma certa posição dupla, sendo a causa da violência subjetiva e o fármaco responsável por erradicar as sequelas que elas mesmas foram responsáveis por causar, dificultando localizar em meio essa dinâmica, o lugar fundador de sua razão de ser.

A dupla manifestação que atua dialeticamente numa retroalimentação dos opostos, como anteriormente designada mutatis mutandis, a “coincidência dos contrários”, é a chave de leitura elementar das relações de dominação que a ideologia estabelece, e nesse sentido, Zizek acrescenta “é por isso que o delicado comunista liberal – assustado, preocupado, oposto à violência – e o fundamentalista cego que explode de ira são os dois lados de uma mesma moeda” (ZIZEK, 2014, p. 42), nessa frase lapidar, vê-se também que Zizek denota a violência em sua forma paralítica, isto é, impossibilidade de sintetizar de duas expressões que emergem de um único e mesmo fenômeno.

Embora combatam a violência subjetiva, os comunistas liberais são eles próprios agentes da violência estrutural que cria as condições das explosões de violência subjetiva. Os mesmos filantropos que dão milhões de dólares para combater a Aids ou promover a educação arruinaram a vida de milhares de pessoas através da especulação financeira e criaram assim as condições para a emergência da mesma intolerância que pretendem combater” (ZIZEK, 2014, p. 42). É bem nesse ponto que Zizek nos convida para a necessidade de uma mudança radical de terreno para que possamos travar contato com as matrizes que compõem a violência individualizada, e por isso, com efeito, no sugere que escapemos do sortilégio mistificador causado pelo fascínio das violências subjetivas.

A mudança de terreno proposta implica numa revisão de como adotamos a concepção de ideologia frente as complexidades do capitalismo tardio. Ao não se constatar a distorção perceptiva que se tem da realidade quando ela está envolvida numa forma ideológica de apreensão, somos motivados a abandonar imediatamente esse construto formal da ideologia como vetor de orientação de reflexão, já que ela não nos diz como a realidade social é de fato mediante á interesses puramente materiais, por conseguinte, para que se possa acessar uma espécie de realidade material mais profunda e não nítida a um primeiro olhar criticamente despreparado a consciência, busca-se obter o verdadeiro alicerce social. Parece ser necessário que essa centralidade ao núcleo material responsável tanto pelas

organizações das relações sociais quanto ao processo produtivo material, ocupe inteiramente o centro das elaborações de uma crítica social. Contudo, o perigo se encontra na medida exata em que consideramos a forma ideologizada que distorce realidade social como algo desprezível, porém é o construto ideológico que permite a própria mediação entre a subjetividade e o núcleo material da sociedade, se tornando perigoso quando a ideologia é desconsiderada radicalmente da realidade social, já que ela por ser apenas uma forma muitas vezes sutil, que reveste o que de fato nos é crucial, a saber a essência material da realidade, é que a torna extremamente relevante, pois ao negá-la, estaríamos no ponto no qual ao invés de estarmos nos afastando da ideologia, estaríamos voltando para ela sem tomarmos conhecimento disso pois Žizek toma a ideologia como onipresente, e por isso a forma da essência é tão essencial quanto a própria essência, por ser a forma mediadora que habilita o trabalho de elaboração da rede global capitalista e seus excedente com o sujeito que interage com ela, sendo esse contato instanciado por uma mercantilização que atua na realidade determinando muito de nossas crenças sobre o mundo, crenças nas quais são por excelência ideológicas.

Por isso os termos financeiros se tornam cada vez mais os marcadores sobre o estatuto de realidade dos sujeitos, visto que o modo de personificação e subjetivação do capital se desenvolve a partir de uma relação de dependência direta, onde o valor do sujeito se encontra no lugar formal da mercadoria que ele pode em níveis diferenciais incorporar, tendo em vista que a incorporação não é o mero ato de aquisição da mercadoria, mas a própria “objetificação” ou “reificação” de si, que ocorre no processo em que ele se coincide com ela explicitamente, condicionando-o para formas de dominação mais diretas ou mais indiretas, dependendo de como ele ocupará um determinado espaço de afetação através da organização sistêmica do capital financeiro, e como esse capital virtual irá obter seu valor futuro, influenciando sobre a disposição material do sujeito que se torna um efeito covariante dessa dinâmica cega no interior da atividade produtiva da sociedade de mercado.

Neste ponto, há uma dobra dialética que inverte a estabilidade do suporte material do sujeito que, ao precisar acompanhar o excesso de fluidez, se dissolve no ideal necessário das capacidades e competências momentâneas para se acomodar ao campo concorrencial de mercado, e tendo a virtualidade do capital fictício enquanto a própria objetividade que absorve o sujeito, se colocando como epicentro de estabilidade na qual orbita as experiências que condicionam o sujeito ao processo de auto “mercantilização” de si.

Para analisar essa espécie de violência, precisa-se demarcar os seus contornos como sendo o próprio esquema formal da ideologia, que faz aparecer a violência subjetiva como a contraparte chamativa dessa modalidade espectral de violência sistêmica mais neutralizada, esta última por sua vez não será tomada como objetividade impessoal, mas, como um projeto que pode ser analisado em virtude de alguns agentes que contribuem para a sua expansão desenfreada que se mantém em renovação.

Ao propor o lugar de reflexão no qual os sujeitos residem em sua relação com a violência objetiva aparentemente neutra e sem referências externas localizáveis, juntamente com a violação condicionada em grande parte pelo mercado financeiro, Žizek pontua para certas perspectiva nas condições de adaptação imposta pelo capitalismo tardio, a livre escolha dos indivíduos que se vinculam a tais condições é uma farsa, visto que os indivíduos se encontram submetidos a certo domínio de manipulação, no que concerne sobre o que existe de passivamente manipulável nos sujeitos em suas condições da exploração e condicionamento ideológico que, em certa medida, fornece a própria fundamentação empírica para a manutenção da operacionalidade da lógica espectral do sistema do capital financeiro, Žizek ao tratar esse comportamento virtual do capitalismo, cria um ponto de contato entre essa operacionalidade virtual, ao conceito de Real da estrutura ontológica lacaniana, tomando esse conceito como representante da “inexorável e abstrata lógica espectral que determina o que se passa na realidade social” (ŽIZEK, 2014, p. 26)

De modo a criar ao menos uma relação de dependência implícita do capital financeiro especulativo, com o ponto de contato do antagonismo bruto da força de trabalho com as atividades produtivas, sendo estas, em grande medida subordinadas em relação às determinações do capital financeiro virtualizado, Žizek aponta nessa relação que, o que considera radicalmente ideológico, está no menosprezo ao próprio poder estruturante produzido pelo Real, que ao ser desconsiderado enquanto tal, a favor de certa preocupação com os sujeitos enquanto domínio oferecido para a manipulação das forças

produtivas, que é expresso quando nos dirigimos para o seu estatuto de “pessoas reais com os seus problemas reais” (ZIZEK, 2014, p. 26), cai em equivocidade por se ausentar da relevância contida na violência sistêmica.

Uma das respostas fornecidas pelos sujeitos, porém não a única, em oposição a essa determinação objetiva caracterizada pela neutralidade anônima da violência sistêmica, carrega consigo o excesso de subjetividade, a extremidade contrária manifesta na reação particular que, se caracteriza por ser a expressão de violência condenável pela sociedade contemporânea ocidental por excelência, de modo a excluir da percepções, as condições objetivas e violência, a exemplificação na qual Zizek expõem em linhas hegelianas, o conflito entre essas duas instâncias entrelaçadas, reside num ponto nodal repleto de tensão, onde o excesso objetivo no qual estabelece imperiosamente a sua ordem, se instalando como “o reinado direto da universalidade abstrata que impõem a sua lei mecanicamente e com rematado desprezo pelo sujeito arrematado em sua rede - é sempre suplementado por um excesso subjetivo, pelo exercício arbitrário e irregular dos caprichos.” (ZIZEK, 2014. p. 26). Ao recapitular esse conflito reconfigurado na dimensão contemporânea, Zizek o estende para a posição de Étienne Balibar, na qual a violência sistêmica estabelece as “condições sociais do capitalismo global, que implica a criação automática de indivíduos excluídos e dispensáveis, dos sem tetos aso desempregados, e a violência ‘ultrasubjetiva’ dos novos fundamentalismos emergentes, de caráter étnico e/ou religioso e, em última instância, racistas”.

2. O gesto autonegador do capital como parte estratégica de sua conservação

Para além dessa clivagem entre o embate antagônico do excesso objetivo e subjetivo, é fundamental nos determos quanto a clivagem-negativa no próprio seio da objetividade do processo do capital. O ato do capital de afirmar-se em seu oposto abriu a condição para a manutenção de sua expansão desenfreada de circulação. Para isso, é necessária certa preservação que nega a própria atividade cíclica do capital, de domínios das esferas públicas, como saúde, ciência e cultura, pois ao serem suspendidas da circulação mercadológica e da taxaço de preços, esses domínios suspensos à valoração, tornam objetos de investimento contínuo com o intuito de serem a estrutura auxiliar que torna o bem público uma forma aparente de efeito benigno do processo do capital. Esse modo de absorver alguns pilares do âmbito público como espaço vital, e de regeneração do processo capitalista, é um meio que através da autonegação, o capital estrategicamente adquiriu a fim de se manter expandindo ciclicamente na acumulação de riqueza, porém, também é o meio no qual a ideologia se expressa, no intuito de evitar o reconhecimento da responsabilidade das consequências destrutivas nas coordenadas da vida social por parte dos comunistas liberais.

Posto isto, não se pode perder de vista, a deterioração de imensas camadas da estrutura social que aparentam ser o mero resultado de certo processo neutro e puramente impessoal, como o fenômeno traumático, histórico do holocausto do Congo, que inviabilizado pelos olhos midiáticos do mundo, se tornam para a percepção geral, completamente destituídas de conexão de certo projeto de corporações estrangeiras, de interesses influenciados por poderes governamentais externos, resultando nas milhares de truculentas mortes extraídas por consequência do capitalismo global, a como bem explicitado por Zizek, é acompanhada por agentes que se ocupam de investimentos humanitários e benevolentes a partir de seus procedimentos desumanos e insensivelmente exploratórios, no caso da tragédia sanguinolenta do Congo, em que o rei Leopoldo II foi o precursor, baseado num projeto de lucratividade intensiva, utilizou dos recursos minerais do Congo para viabilizar investimentos de caráter educacional, cultural e humanitário, simultaneamente alimentando a cínica ideologia, pois “a maior parte dos lucros conseguidos por esse projeto se destinaram a beneficiar o povo belga, a promover obras públicas, construir museus e assim por diante” (ZIZEK, 2014. p.27). Na constatação de Zizek, “o rei Leopoldo foi, sem dúvidas, o precursor dos comunistas liberais de hoje, entre os quais se incluem” (ZIZEK, 2014. p.27)

Assim, o ponto de inflexão do capitalismo, surge na tentativa estratégica de preservar o processo de sua atividade contínua de exploração de rentabilidade, na medida que os próprios comunistas liberais contemporâneos diretamente integrados no sistema do capital, contrariam os

aspectos compulsórios de acumulação de riquezas pela via da autonegação. Essa via se demonstra na alternativa de apaziguar as crises, se estabelecendo sob a forma aparente de máscara tranquilizadora da distribuição de riqueza fornecida pela benevolência filantrópica, na qual se dirige em suas intenções capciosas ao bem estar da esfera pública e seu extrato social mais necessitado, desviando-se dos horizontes de conflitos existentes e iminentes, sendo estes produzidos pela própria lógica de funcionamento do capitalismo, e criando uma atmosfera marcada pelo engodo da homeostase econômica, que se configura por meio da suposta conciliação entre a especulação financeira e suas consequências de massacre social, com a conquista da liberdade político- econômica, que se realizou aparentemente sem qualquer presença de contribuições e assistências públicas oriundas do Estado, se incorporando no gesto da recompensa em sua mediação “puramente” mercadológica, manifesta no interior dos bens da esfera pública.

É nessa relação de identidade entre a causa e efeito, onde a tentativa de reelaboração reparadora dos efeitos socialmente negativos é resolvida através do consumo das causas mesmas que são responsáveis por tais efeitos negativos, que deixa visível a identificação dos opostos, que é a chave de leitura colocada como o ponto crucial, no sentido de possibilitar a reflexão teórica um avanço na análise do objeto-problema que é a violência, de modo a detectar os matizes que são parte imanente da violência, integrando a ele, a manifestação da violência simbólica que Žizek nos aponta. Isto é, uma espécie de curto-circuito antagônico de interesses tentando se manter situado num nível permanente de reconciliação, estando presente explicitamente, e não meramente como pano de fundo ofuscado da contradição da realidade social. A pedra de toque desse curto circuito consiste no falso ímpeto de movimento do anti-capitalismo, realizado pelo próprio capitalismo, que visa estrategicamente a continuidade da própria lógica capitalista, e na incapacidade generalizada da recusa radical dele, por não conseguirmos nos abdicar por completo do que ele dispõe.

A recusa radical como núcleo de oposição a lógica sistêmica do capital reside em evitar a ausência substancial de uma consciência trágica, de modo que tal consciência levada em suas últimas consequências, nos permiti um confronto político engajado que não só apreendesse a presença do capital e seu fluxo de consequências, mas que também evocasse o colapso da paisagem harmoniosa de negociação entre lutas políticas emancipatória e os interesses financeiros das companhias internacionais, Žizek joga luz acerca desse entrelaçamento, mostrando que as conquistas de liberdade política perdem sua autenticidade e potencialidade atuante quando submetidas a certos interesses que aumentam a liberdade para ampliar o lucro:

“Os comunistas liberais gostam de exemplos como o da luta contra o apartheid na África do Sul. Assinalam que a decisão de algumas grandes companhias internacionais de ignorarem as leis do apartheid em suas empresas sul-africanas, abolindo completamente a segregação, pagando a brancos e negros o mesmo salário pelo mesmo trabalho e assim por diante, foi tão importante quanto o combate político direto. Não seria este um perfeito exemplo de coincidência entre a luta pela liberdade política e os interesses empresariais? As mesmas companhias podem agora prosperar numa África do Sul pós-apartheid”. (ZIZEK, 2014, p. 30)

Abrindo notoriedade aos aspectos tais como a degradação material das condições de vida dos países do Terceiro Mundo, parece estar dormente em meio a construção dos “espaços comunitários protegidos, que vão dos condomínios residenciais fechados aos grupos raciais e religiosos exclusivos”. (ZIZEK, 2014, p. 35). O questionamento que se impõem no quadro das possibilidades de transformação sócio ideológica, e no campo de atividade dos potenciais sujeitos transformadores da realidade social no interior da liberdade democrática é, “e se o verdadeiro mal de nossas sociedades não fosse a sua dinâmica capitalista enquanto tal, mas as nossas tentativas de nos desprendermos dela, sem deixarmos de nos beneficiar por ela?”

3. Os limites do universal ético mediante o medo da alteridade entre culturas

A resposta se situa em motivos bem demarcados por Žizek, para ele a paisagem ideológica atual promove a imagem ilusória de um potencial de bem-estar social generalizado, entrelaçada a promessa da democracia liberal que, se compromete em maximizar a experiência unificada da multiplicidade étnica centrada no respeito mútuo ao próximo, gerando uma atmosfera que acolhe e supri a todos. Todavia, o que se percebe, especificamente no campo das práticas democráticas do corpo político, é a ruptura de consistência do universal, dado a vulnerabilidade do sistema de crenças sócio-político, fracasso movido pelo medo excessivo de intrusões que desestabilizem os valores culturais que tendem a serem preservados, colidindo dramaticamente com a possibilidade de uma matriz ética universalista. As políticas de anti-imigração disseminadas em vários países da Europa como França, Áustria, Alemanha, demonstram esse choque entre o particular e o universal, quando tais países assumem “um novo espírito de orgulho associado a identidade cultural e histórica, os principais partidos consideram hoje aceitável sublinhar que os imigrante são hóspedes, convidados que devem se adaptar aos valores culturais que os definem a sociedade que o escolhe”, estão demarcando os limites da universalidade ética. (ŽIZEK, 2014, p. 46).

Essa imagem impositiva de contornos violentos, é a exemplificação da vulnerabilidade, desencadeando o desengajamento político dos elos intersubjetivos baseados na concordância respeitosa entre a diversidade cultural e étnica, inibindo o estado puro do multiculturalismo em seu fluxo corrente de face democrático, tornando seu campo de ação rigidamente delimitado pelas cláusulas burocráticas que fazem a manutenção da identidade universal, algo que se mantém consistente nos limites externos da exclusão, nesse nível, a violência se posiciona como uma “uma tolerância que coincide com seu contrário” (ŽIZEK, 2014, p. 46).

Ao encontrar esse conflito no seio da matriz universal da ética, vê-se a presença antinômica inquestionável, porém, o intuito de preservar tanto a tolerância quanto a violação subjacente implicada no processo de tolerar, se mantém vivo, sendo a própria condição positiva do âmbito-democrático. Ademais, o bem-estar regularizado das condições de vida humana conjugado a administração especializada, se tornam os critérios de uma prática política estéril, pois estão totalmente desalojadas de qualquer pressuposto político coletivo, ou dos que prezam axiomas universais não corruptíveis, para estabelecer as condições de suas prática. Contudo quando nos deparamos com o estatuto político alicerçado pelo o que Žizek aponta como a sobreposição da bio-política com a pós-política, sendo essas respectivamente a “estão e administração especializada” e a “regulação do bem estar e de segurança das vidas humanas” (ŽIZEK, 2014, p. 45), vê-se que uma autêntica e radical proposta política revolucionária só poderia vir a existir, para além do campo concorrencial dos interesses particulares, campo segundo o qual é marcado por metas e os projetos sociais, tais metas e projetos são mobilizados pela incidência contínua de sensação da atomização do tecido sociocultural, medo este suscitado pelo excesso de proximidade do Outro do outro, como um domínio potencial de interjeições desrespeitosas e perigosas que estão sempre na iminência de atrapalhar o sistema de crenças sociocultural dominante definido só por valores próprios de um território doutrinador e inflexível, mas, dotado de características que evocam e justificam o medo como forma predominante de se relacionar com todos aqueles que apresentam aspectos intrusivos que podem desrespeitar o regime de normas que definem as coordenadas da identidade cultural.

Esse desrespeito violador que é organizado politicamente para atualizar a vitimização e o assédio suscitado pelo radicalmente outro, torna a interpenetração da pós-política com a bio-política o instrumento ativamente presente como meio de segurança. Mas para esse medo se constituir endemicamente, o aturimento generalizado da multidão é necessário, e pela égide do medo, a massa desagregada se torna a base para tal política, isto é, “a união assustadora de pessoas aterrorizadas” (ŽIZEK, 2014, p. 46), e sua coesão se vincula diretamente às causas aparentes e bem definidas do temor, se condensando nos “medos de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do excesso do Estado e sua carga tributária elevada, medo das catástrofes ecológicas, medo do assédio” (ŽIZEK, 2014, p. 46). O questionamento em questão se coloca sobre como a violência se infiltra de modo quase indispensável, se tornando possível precisamente na concomitância desse registro de esterilização da alteridade na dimensão da democracia liberal juntamente com o princípio de tolerância ao radicalmente outro. A exigência imprescindível se centra no direito de não perturbar o domínio dos modos de ser de um na medida exata que se respeita a partir de uma distância

segura o domínio dos modos de ser do outro, restringindo qualquer excesso disruptivo que possa transgredir os direitos de distância segura que permite suspender os assédios.

O problema é a insistência da violência como meio para um fim justo, ela se acumula até a tolerância não mais suportar, e no interior deste princípio de tolerância a violência inevitavelmente se rompe, cometendo destruições em massa e alegando que os atos foram em nome de uma guerra preventiva, uma espécie de medida protecionista intolerante para resgatar a tolerância. A impossibilidade de solvência da tensão aglutinada, contida na forma simulada de tolerância, ocorre quando essa tolerância se sobrepõe as condições iniciais de sua desestruturação, caracterizadas por dois pilares, já sutilmente supracitados, a ausência de axiomas políticos plenamente enraizados em interesses universais revolucionários não corruptíveis, e na dificuldade de desprendimento do capital tardio em todas as suas variadas formas de modalidade de adaptação aparentemente libertárias.

Os incendiários ataques erigidos nos subúrbios parisienses no outono de 2005, destituídos de um programa de ação coerente, que sugerisse um núcleo de oposição política minimamente consistente, mostra o aparente fracasso da violência subjetiva em nome de reivindicações econômicas ou sociais, pois, esse fenômeno que solapou as bases tranquilas da sociedade francesa buscava reconhecimento das regras contra as quais eles lutavam, o protesto queria se integrar ao espaço francês republicano universalista que o excluía, por isso, o gesto incendiário foi erroneamente interpretado por muitos analistas sociais segundo Zizek, o conteúdo da mensagem de violência era a própria forma de veicular a mensagem, e por isso, seu significado está no meio de emitir o enunciado e não em seu conteúdo, mostrando seu alto teor reativo a uma violência simbólica subliminarmente imposta. Na compreensão de Zizek, parece ter sido necessário essa forma de violência pois” se tivesse organizado uma manifestação ou passeata não violenta, tudo o que teriam obtido não seria mais do que uma pequena nota de um jornal” (ZIZEK, 2014, p. 71), ela projetou um questionamento no centro da noção das normas éticas universais, trazendo para a superfície seu caráter excludente.

O esforço contínuo da tolerância, é manter o desrespeito à integridade do outro sem a atitude manifesta do assediar, esse aspecto é um elemento central para democracia liberal, já que ela para Zizek em termos de preocupação ética, não se sustenta por uma diretriz plenamente universalista, por isso não sendo ingenuamente compreendida como um campo neutro ou um espaço vazio, mas uma rede de interações heterogêneas impregnadas por uma maciça corporeidade revestida simbolicamente por interesses e expectativas ancoradas em objetos de crença cultural e de valor político, neste nível, ao traçar a possibilidade de um combate político, precisa-se assumir, que este combate está à mercê de contingências históricas imponderáveis de transformação, como o ocorrido na praça de Tahrir, espaço que abrigou os esforços sinérgico e revolucionário dos egípcios

Tendo em vista que a universalidade possui uma inconsistência na noção de aceitabilidade da plena alteridade, pois a presença desimpedida dela presume a não exclusão, o que Zizek demonstra é como a exclusão se torna parte constituinte para própria consistência interna do campo ético universal, pois ao mesmo tempo que estabelece a democracia como instância política, na qual deveria abarcar a heterogenia transnacional dos valores socioculturais, ela atua rompendo com os próprios termos que definem a sua estrutura universal no momento que a universalidade ética proposta não aceita quem a rejeita, isso implicaria que ela tacitamente é regida pela particularidade de interesses éticos restritivos e seletivos, que sugere o elemento da não-liberdade expressa na própria democracia, já que aqueles que não a aceitarem suas normas éticas, não são dignos de qualquer preocupação ético-universal.

CONCLUSÃO

Transpor os limites estabelecidos pela democracia liberal, que se mostra na repleta gama de liberdades vindouras que espontaneamente assumimos em nossas escolhas de liberdade de mercado, é confrontar o paradoxo no qual tais liberdades são imposições limitantes daquilo que de qualquer maneira a nossa liberdade está obrigada a escolher, e por isso a liberdade explícita se sustenta numa condição implícita de não liberdade. Quando tomamos a democracia liberal e a dinâmica do

mercado do capitalismo tardio como sendo a fase final do processo histórico e material que define o âmbito inter-humano, é o momento que precisamos abrir novas margens e horizontes de perspectivas com intuito de rever as modalidades de adaptação para o combate, Zizek nos propõem alternativas para repensar como os interesses do humano poderiam emergir, na medida que reestabelecemos novos vínculos, implementados pelas práticas políticas coletivas, nos vinculando diretamente tanto com o político quanto com o futuro, contudo, sem incorrer a uma passagem ao ato desprovida de finalidade e sentido, como nos casos dos motins incendiários dos subúrbios de Paris, isso implicaria nos termos de Frederic Jameson, remodelar mais do que nunca a nossa cartografia cognitiva de nossas práticas políticas, a saber, situar a ação política tomada pela consciência em um todo dotado de sentido, fornecendo a experiência da nossas práticas, o sentido necessário para que se projete na realidade a partir de um esquadro de expectativas, objetivos e de significação que seja os pontos de referência no qual as ações políticas possam se reconhecer.

Deste modo, o caráter supostamente neutro, interpretado muitas vezes como o epicentro regulador em que o político está obedientemente girando a todo momento, é substituído pela legislação personificada na atitude de negação fetichista, a saber, abolição das proximidade por meio de métodos seguros sem consequências colaterais "reais", a indiferença ao outro se coloca sob a forma de exclusão-política num andamento cuidadosamente administrado, o contato físico direto mediado pela experiência de simpatia e compaixão, é eliminado ou neutralizado, o processo de exclusão por meio da indiferença daqueles que estão indesejavelmente próximos de mais é instalado, e é efetivado quando os conjuntos de atributos e predicções necessários que os fazem não poder ser indivíduos de reconhecimento no interior do grande Outro é concluído. Por isso, se o respeito a própria fragilidade do sistema de crenças sociocultural reverberado na impotência subjetiva do corpo social que se orienta pelo medo, é o modelo em que a democracia liberal enraizou seu condicionamento operandi, aceitar o desrespeito ao outro a uma distância segura, com a finalidade de proteger a fragilidade do Outro, (entende-se nesse contexto que o grande Outro expressa em grande medida na reificação personalizada que preserva uma grande causa que sustenta o horizonte de significados de determinada cultura, como o Estado Nação, ou a Liberdade política por exemplo), parece ser seu procedimento padrão da afirmação dos opostos, a mutatis mutandis encarnado numa unidade de ação politicamente conturbada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZIZEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**, São Paulo: Boitempo, 2008.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.